

ESTADO DE SÃO PAULO

A economia não precisa de freios

Brasil



O que tem de ser contido é o apetite de intervenção dos tecnocratas

Está novamente no ar o balão-de-ensaio do "freio na economia". A razão alegada, segundo o noticiário dos jornais, seria um suposto "aquecimento da demanda", que, entretanto, não está se verificando de acordo com todas as informações disponíveis.

Não se pode confundir queima de pontas de estoques que sobraram do Natal e das liquidações promocionais isoladas com aquecimento da demanda.

O próprio desempenho das vendas no Natal passado, abaixo das expectativas, revela uma tendência de estabilidade da demanda nos níveis atuais, com o primeiro trimestre deste ano registrando nível de vendas no comércio abaixo da sazonalidade.

No item vestuário, por exemplo, as vendas em dezembro apresentaram queda de 16% em relação ao Natal de 95. A indústria de televisores virou o ano com um encalhe de quase 1 milhão de aparelhos. Os fabricantes esperavam vender 9,2 milhões de unidades em 96, mas venderam apenas 8,5 milhões. A sobra, espalhada entre o comércio e a indústria, já está freando naturalmente as encomendas em janeiro. Em 96, o comércio acumulou uma queda no faturamento de 5,32% em comparação com 95. É para evitar o agravamento desse quadro que,

no início deste ano, o setor está comprimindo seus preços e suas margens.

Como se vê, o quadro é completamente diferente daquele que vem sendo pintado. Um freio, se necessário fosse, não precisaria nem deveria ser aplicado por medidas de restrição ao crédito ou quaisquer outras de natureza governamental intervencionista. Isso pela simples razão de que o mercado dispõe de

seus freios naturais: o consumidor que comprou a prazo no Natal tem agora de empenhar sua renda no pagamento dos compromissos e não no consumo. A capacidade de consumo também está comprometida com o início da cobrança da CPMF e de outros impostos que oneram o contribuinte no início do ano (IPVA e IPTU, por exemplo).

Dessa forma, as reais intenções do balão-de-ensaio podem ser outras. O governo está preocupado com o déficit constante da balança comercial e pode querer tirar as castanhas do fogo disfarçadamente, colocando freios não para conter uma "demanda excessiva", mas para forçar o deslocamento de parte da produção destinada ao mercado interno para as exportações e reduzir as importações.

É compreensível o governo não querer mexer na âncora cambial, considerada a mais sólida, se não única, por enquan-

to, amarra do Plano Real, para estimular as exportações. Mas pode e deve encontrar outros estímulos, como retirar a cunha fiscal sobre essas mesmas exportações, que acabam de ser oneradas com mais um imposto, a CPMF.

Analisados em toda a sua ampla complexidade, os atuais problemas econômicos, como o déficit na balança comercial, não podem ser resolvidos por medidas pontuais ou conjunturais, com sabor de casuismo e artificialidade. São problemas que, nunca é demais repetir, só podem ser equacionados por meio das reformas estruturais que, infelizmente, continuam sendo procrastinadas no Congresso Nacional, cuja agenda foi completamente absorvida pela questão política da possibilidade ou não de reeleição do atual presidente da República.

Por mais que essa questão seja relevante para todos os que, dentro e fora do Brasil, até mesmo os investidores estrangeiros, queiram ter elementos de análise política e econômica para perscrutar o futuro do Plano Real e do País, a realidade é a de que qualquer perspectiva de futuro se compromete quando no presente a confiança do mercado é posta em xeque pelas ameaças intervencionistas.

Colocar o pé no freio agora só tende a provocar queda na atividade econômica e um recrutamento do desemprego, como ocorreu quando essas medidas de força foram introduzidas no segundo semestre de 1995. O grande mérito do Plano Real, unanimemente reconhecido, foi

o de ter sido o primeiro plano de estabilização a renunciar expressamente a pacotes e a oferecer garantias de transparência nas decisões de política econômica e monetária, com respeito aos mecanismos de mercado.

Infelizmente, a tecnocracia econômica tem recaídas sazonais em sua ânsia de mexer no painel de controle da economia, sem muito preocupar-se com os prejuízos de seus atos para a vida e a sobrevivência das empresas e para o emprego dos trabalhadores. Pensa que pode apertar o garrote fiscal no pescoço dos contribuintes sem racionalizar os gastos e o desempenho da máquina administrativa, vale dizer, sem estabelecer as urgentes e inadiáveis reformas fiscais, previdenciárias e administrativas. Também pensa ser lícita a manobra nada transparente de alegar um inexistente "aquecimento econômico" para aplicar os tais "freios", que na verdade se destinam a encobrir os próprios erros na condução de nossa política de comércio exterior.

Em resumo, a economia não precisa de freios. O que precisa ser refreado é o apetite intervencionista dos tecnocratas, retomando o presidente da República o leme do Plano Real, que desde o início foi fruto de sua vontade política de acabar com a inflação e de reformar o Estado brasileiro.

■ Abram Szajman, empresário, é presidente da Federação e Centro do Comércio do Estado de São Paulo